

Disciplina PCA 5043 - Justiça Climática, Cidades e Desigualdades Ambientais
Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - PROCAM

FICHAMENTO BIBLIOGRÁFICO

ABIMBOLA, Olumide; AIKINS, Joshua Kwesi; MAKHESI-WILKINSON, Tselane;
ROBERTS, Erin. Racism and Climate (In) Justice: How Racism and Colonialism shape the
Climate Crisis and Climate Action. 2021.

Maria Gabriela de Paula e Silva
06 de outubro 2022

BREVE DESCRIÇÃO DOS AUTORES

Olumide Abimbola: é fundador da APRI - APRI - Africa Policy Research Institute. Atuação em economia, política comercial, integração regional, transição verde e gestão de recursos naturais. Ele já realizou pesquisas na Tunísia, Costa do Marfim, Benin, Togo e Nigéria.

Joshua Kwesi Aikins: é cientista político e doutorando na Universidade de Kassel (Alemanha) e pesquisador sênior da ONG Citizens for Europe, sediada em Berlim. Sua pesquisa é direcionada à interação entre instituições políticas ocidentais e indígenas em Gana, perspectivas pós e descoloniais sobre “desenvolvimento”, representação cultural e política da diáspora africana, dados de igualdade, colonialidade e política de memória na Alemanha.

Tselane Makhesi-Wilkinson: Advogado e pesquisador Heinrich Böll-Stiftung Washington, DC – USA, Canada, Global Dialogue

Erin Roberts: Pesquisadora associada, Global Risks and Resilience, Overseas Development Institute (ODI) do Heinrich Böll-Stiftung de Bruxelas.

IDEIAS CENTRAIS DO ARTIGO

O objetivo do texto é examinar a forma pela qual o colonialismo e o racismo moldaram a política, a agenda internacional e os financiamentos relacionados às mudanças climáticas, bem como a desproporcionalidade que os impactos resultantes da crise do clima recaem para as pessoas negras, indígenas e pessoas de cor.¹

O artigo demonstra que não pode haver justiça climática sem justiça racial, e que uma compreensão clara, profunda e empiricamente fundamentada das muitas ligações entre esses dois tipos de injustiça é essencial para abordar ambos, desde seus fundamentos.

O texto se divide em 4 questionamentos principais, que consistem nos capítulos do artigo, sendo eles:

¹ Os autores usam a expressão Black, Indigenous and people of color (BIPOC) para se referir especificamente às populações mais impactadas pela crise climática.

- 1) Como o colonialismo e o racismo contribuíram para as mudanças climáticas?
 - 2) Como o colonialismo e o racismo moldaram a política e a ação climática?
 - 3) Como os Povos Indígenas e outras comunidades racializadas são desproporcionalmente impactadas pelas mudanças climáticas nos países?
 - 4) Como o racismo na política e ação climática pode ser abordado com urgência?
- Passa-se a uma breve análise de cada um dos tópicos acima:

PRIMEIRO CAPÍTULO (ABIMBOLA *et al*, p. 6-9)

- Os autores partem do pressuposto de que a história das mudanças climáticas começou com a colonização, o genocídio, o racismo e a escravidão que abriram o caminho para a industrialização e mudanças maciças no uso da terra. Dessa forma, forçar que compreender esses processos históricos de longo prazo, em relação às estruturas de poder, é essencial para compreender e abordar a sobreposição entre injustiça racial e climática. Cabe ressaltar que esses países que construíram o projeto colonial continuam moldando a agenda de desenvolvimento global e, por consequência, estão sendo responsáveis por estruturar as políticas e ações de enfrentamento às mudanças do clima. (p. 6).
- Afirma-se que a colonização, o racismo e a mudança climática estão historicamente ligados, sendo os primeiros responsáveis por gerar a última. Além disso, apresentam uma crítica ao antropoceno, que traz uma ideia de que os seres humanos têm uma responsabilidade compartilhada na crise do clima (p. 7).
- Alega-se que, na verdade, apenas um grupo pequeno de seres humanos que contribuíram para esse problema: o homem branco europeu, pois o conceito de antropoceno universaliza o comportamento poluente, que na verdade, pertence à lógica desenvolvimentista do Norte Global (p.8-9).

SEGUNDO CAPÍTULO (ABIMBOLA *et al*, p. 9-15)

- Aprofunda-se a perspectiva de que a políticas e ação climática são inadequadas e insuficientes por serem flagrantes continuidades do colonialismo e do racismo, evidenciando que a forma como que essas políticas estão estruturadas seguem o mesma lógica de manutenção da hierarquia global entre o Norte e Sul Global (p. 9).
- Ao traçar uma retrospectiva de como se iniciou o debate acerca das mudanças climáticas e as medidas tomadas, sobretudo pela Organização das Nações Unidas (ONU) para endereçar o problemas, os autores afirmam que não se pauta na proteção dos mais vulneráveis nesse contexto de crise climática (p. 11-12).
- É feita uma denúncia de que a “emergência climática” declarada pelos países do Norte Global apenas aconteceu quando eles sentiram os efeitos das mudanças climáticas em

seus territórios pelas pessoas brancas privilegiadas, sendo que era algo já percebido no Sul Global, especialmente pelas populações BIPOC. (p. 12)

- Há também uma falta de participação e engajamento dos BIPOC na construção de ações e políticas que vão afetá-los diretamente, uma vez que as medidas estabelecidas são sempre *top-down*. (p. 12-13).
- Para a implementação de medidas efetivas para conter os efeitos das mudanças climáticas, os países do Norte Global têm de enfrentar as bases coloniais até mesmo nos espaços de deliberação das políticas climáticas, bem como dentro das próprias organizações que se dizem voltadas para os direitos humanos, que, na verdade, reproduzem um racismo institucional (p.15-16).

TERCEIRO CAPÍTULO (ABIMBOLA *et al*, p. 17-19)

- As vulnerabilidades impactos das mudanças climáticas têm de ser analisados sob uma perspectiva interseccional. Toda desigualdade não é criada igual”, e uma lente interseccional para a desigualdade mostra a maneira como as identidades sociais do BIPOC se sobrepõem e operam juntos, criando experiências compostas de discriminação com base na raça, gênero, classe, sexualidade e/ou status de imigrante. Por isso, é importante destacar a importância de se analisar esses grupos de forma plural, tendo em vista que não são grupos uniformes (p. 16).
- Outro legado do colonialismo é a persistência de elites no Sul Global que mantêm a perspectiva de seus colonizadores. A formação das elites sob o domínio colonial resultou na doutrinação e aculturação nos costumes dos colonizadores. Dessa forma, surge a necessidade de se pensar na descolonização dos saberes e das práticas no Sul Global. (p. 18-19)

QUARTO CAPÍTULO (ABIMBOLA *et al*, p. 20-)

- Afirma-se que enfrentar o racismo nas políticas e ações climáticas exige confrontar as dimensões racializadas da “natureza socialmente estruturada das mudanças climáticas”. Portanto, é importante levar em consideração as questões e múltiplas visões de mundo para resolver o problema para além de uma perspectiva exclusiva do Norte Global (p. 20)
- Os autores propõem algumas medidas que precisam ser tomadas para enfrentar o problema, sendo elas: a) reconhecer a história e o legado do racismo e colonialismo na política e ação climática; b) promover uma profunda mudança cultural dentro das instituições e organizações sediadas no Norte Global; c) cumprir as obrigações de direitos humanos estabelecidas em instrumentos internacionais de Direitos Humanos; d) abordar o trauma coletivo relacionado ao clima e à injustiça racial; e) fomentar a solidariedade e

a responsabilização por meio de reformas estruturais e institucionais com foco em acabar com o domínio do Norte Global no regime climático global (p. 20)

METODOLOGIA E TEORIA UTILIZADA

O texto faz uma revisão bibliográfica a partir de um pensamento crítico sobre como o racismo e o colonialismo são fundantes e mantenedores da crise climática.

CONCLUSÕES DOS AUTORES

Os autores reconhecem as diversas medidas que precisam ser tomadas para se enfrentar as mudanças climáticas, a partir de uma perspectiva de que suas consequências mais perversas recaem na população BIPoC, devido ao colonialismo e ao racismo.

É necessário que os países do Norte Global reconheçam suas dívidas históricas climáticas e de desenvolvimento e o fato de que a maioria dos países do Sul Global são “pilotos forçados pelo clima” em uma crise climática crescente.

Enfrentar o racismo e as opressões interseccionais, como com base no gênero nas políticas e ações climáticas, requer um esforço amplo, coordenado e multinível, mas, em última análise, beneficiará tanto o Norte quanto o Sul Global por meio de melhores políticas e ações climáticas.

CITAÇÕES

“The colonial era laid the foundation and cre-ated a structural opportunity for racist hierarchies to be normalized and institutionalized. Contemporary political, economic, scientific and cultural conditions around the world are shaped by direct and indirect continuities from the colonial era, which are characterized by the violent expansion of European economies.¹⁴ The coloniality of the present global, regional, national and local systems remain the enabler of modernity,¹⁵ including in its institutional, industrial and environmental dimensions.” (p. 7)

Another legacy of colonialism is the persistence of elites in the Global South who retain the outlook of their colonizers. The formation of the elites under colonial rule resulted in the indoctrination and acculturation into the customs of the colonizers. (p. 19)

At the practical level, this means that the practice of prioritizing and designing climate-related development projects in the head-quarters of development agencies, almost exclusively based in the capital cities of the Global North, needs to change. Those who design these policies need to cede the stage – and direct financial access – to the so-called beneficiaries of the projects. At the very minimum, projects, programs and initiatives to address the climate crisis should not perpetuate racism. They should instead be designed in a way that BIPoC are part of the decision-making process at both the design and implementation phases, and not just “consulted” after the projects have already been designed. (p. 25)